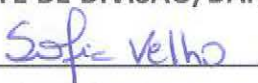


## DELIBERAÇÃO

**4.7 – CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – TRANSPORTES ESCOLARES 2017/2018 – alunos do 2º e 3º ciclo, e secundário – Aprovação.** A Câmara Municipal **deliberou por unanimidade** aprovar as minutas do Contrato Interadministrativo e respetivo anexo, para a delegação e exercício para as Juntas de Freguesia, da competência a que se refere a alínea gg) do número 1 do artigo 33º do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, para assegurar o transporte escolar dos alunos no ano letivo 2017/2018. Mais **deliberou por unanimidade** submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto na alínea k) do número 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.



Reunião de Câmara Municipal de 20 de novembro de 2017.

A CHEFE DE DIVISÃO/DAF,



Sofia Velho/Dra.

Ponto 4.7

INFORMAÇÃO	DESPACHO:
<b>Assunto:</b> Proposta – Contrato interadministrativo de delegação de competências – Transportes escolares 2017/18 – alunos do 2.º, 3.º ciclo e secundário	 
<b>De:</b> Serviço de Educação	<b>Data:</b> 10 de novembro de 2017 11.11.17

Ex.mo Senhor Presidente,

Anexo as minutas dos Contratos para o transporte escolar de alunos do 2.º e 3.º ciclo e secundário a celebrar com as Juntas de Freguesia identificadas no quadro resumo, também anexo, que resultam de situações excecionais de falta de carreira pública que sirva estes alunos.

Assim, deverá o Senhor Presidente propor para aprovação pela Câmara Municipal e submissão à Assembleia Municipal, em conformidade com o estabelecido na alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e para efeitos de autorização, as **Minutas do Contrato Interadministrativo e respetivo Anexo**, para a delegação e exercício para a Junta de Freguesia da competência a que se refere a alínea gg), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nomeadamente e no presente caso, para assegurar o transporte dos alunos por delegação de competências relativas ao Transporte Escolar para o ano letivo 2017/2018.

Deixo à consideração superior de V. Ex.ª

A Assistente Técnica



Antónia Sá

**CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - Transportes escolares 2.º / 3.º**  
**Ciclos e Secundário**

Junta Freguesia	Necessidade de transporte que resulta do reordenamento da Rede Escolar/Objeto do Contrato - Cláusula 1.ª do Contrato Interadministrativo e meio utilizado para o efeito	Levantamento necessidades para 2017/2018	Aplicação dos valores de referência		Valor anual		TOTAL ANO LETIVO 2017/2018 - 174 dias
		2.º e 3.º Ciclo e secundário	Número de Km percorridos por dia	Valor a atribuir por dia	2017 - 66 dias	2018 - 108 dias	
Cabração e Moreira do Lima	<b>Carrinha</b> - alunos de Cabração e Moreira do Lima, que frequentam o 6.º ano na Escola Básica das Lagoas, cujo transporte está a ser efetuado na carrinha da Junta de Cabração e Moreira do Lima. Estão a ser efetuadas duas viagens diariamente	5	17	15,30 €	1.009,80	1.652,40	2.662,20
Estorãos	<b>Carrinha</b> - alunos de Estorãos, que frequentam o 6.º ano na Escola Básica das Lagoas, cujo transporte está a ser efetuado na carrinha da Junta de Estorãos. Estão a ser efetuadas duas viagens diariamente	3	13	11,70 €	772,20	1.263,60	2.035,80
Fontão	<b>Autocarro</b> - atendendo ao aumento no número de alunos do 2.º/3.º ciclo e secundário de Bertandos e Santa Comba a frequentar o Agrupamento de Escolas de Arcozelo, foi necessário efetuar mais uma viagem de ida e volta, diariamente. Esta viagem extra passou a ser efetuada pela junta de Fontão. Acresceram ainda os alunos do 2.º/3.º ciclo de Fontão, Sá e S. Pedro Arcos, bem como alguns alunos residentes em Fontão que frequentam o 6.º ano na Escola Básica das Lagoas. A Junta de Fontão está a efetuar este transporte, utilizando o autocarro, entre as referidas freguesias e os estabelecimentos de ensino que os alunos frequentam.	26	80	80,00 €	5.280,00	8.640,00	13.920,00
segundas e sextas-feiras					2017 -25 dias	2018 -42 dias	TOTAL 2017/2018 - 67 dias
Bertandos	<b>Autocarro</b> - alunos de Bertandos, que frequentam o 6.º ano na Escola Básica das Lagoas, cujo transporte está a ser efetuado no autocarro da freguesia de Bertandos. Nas segundas e sextas-feiras estes alunos têm tarde livres, pelo que a Junta de Bertandos tem que efetuar uma viagem extra	3	13	13,00 €	325,00	546,00	871,00
Sá	<b>Autocarro</b> - alunos de Sá, que frequentam o 6.º ano na Escola Básica das Lagoas, cujo transporte está a ser efetuado no autocarro da freguesia de Sá. Nas segundas e sextas-feiras estes alunos têm tarde livres, pelo que a Junta de Sá tem que efetuar uma viagem extra	5	11	11,00 €	275,00	462,00	737,00
<b>TOTAL</b>					<b>7.662,00</b>	<b>12.564,00</b>	<b>20.226,00</b>

## MUNICÍPIO DE PONTE DE LIMA

INFORMAÇÃO	DESPACHO:
Assunto: <u>Contratos interadministrativos de transportes escolares: ALUNOS DO 2.º/3.º CICLO E SECUNDÁRIO</u>	<i>Concordo.</i> <i>30.10.2017</i>
De: Serviço de Educação	Data: 27 de outubro de 2017

Ex.mo Senhor Vereador

Dr. Paulo Barreiro de Sousa

Verificou-se a necessidade de realizar diversos circuitos especiais de alunos do 2.º/3.º ciclo e secundário, inicialmente não previstos nos contratos interadministrativos de delegação de competências - transportes escolares, estabelecidos com as juntas de freguesia a seguir mencionadas.

As juntas indicadas disponibilizaram-se em colaborar, prestando este serviço de transporte escolar, a saber:

### **JUNTA DE FREGUESIA DE FONTÃO**

- Atendendo ao aumento no número de alunos do 2.º/3.º ciclo e secundário de Bertíandos e Santa Comba a frequentar o Agrupamento de Escolas de Arcozelo, foi necessário efetuar mais uma viagem de ida e volta, diariamente. Esta viagem extra passou a ser efetuada pela junta de Fontão. Acresceram ainda os alunos do 2.º/3.º ciclo de Fontão, Sá e S. Pedro Arcos, bem como alguns alunos residentes em Fontão que frequentam o 6.º ano na Escola Básica das Lagoas. A Junta de Fontão está a efetuar este transporte, utilizando o autocarro, entre as referidas freguesias e os estabelecimentos de ensino que os alunos frequentam. Estão a ser efetuadas duas viagens diariamente, **num total de 80 km/dia, perfazendo 80,00 €/dia.**

### **JUNTA DE FREGUESIA DE BERTIANDOS**

- 03 alunos de Bertíandos, que frequentam o 6.º ano na Escola Básica das Lagoas, cujo transporte está a ser efetuado no autocarro da freguesia de Bertíandos. Nas segundas e sextas-feiras estes alunos têm tarde livres, pelo que a Junta de Bertíandos tem que efetuar uma viagem extra. Assim, nas **segundas e sextas-feiras estão a ser efetuados 13 km/dia, perfazendo 13,00 €/dia.**





## MUNICÍPIO DE PONTE DE LIMA

### JUNTA DE FREGUESIA DE CABRAÇÃO E MOREIRA DO LIMA

- 05 alunos de Cabração e Moreira do Lima, que frequentam o 6.º ano na Escola Básica das Lagoas, cujo transporte está a ser efetuado na carrinha da Junta de Cabração e Moreira do Lima. Estão a ser efetuadas duas viagens diariamente, **num total de 17 km/dia, perfazendo 15,30 €/dia.**

### JUNTA DE FREGUESIA DE ESTORÃOS

- 03 alunos de Estorãos, que frequentam o 6.º ano na Escola Básica das Lagoas, cujo transporte está a ser efetuado na carrinha da Junta de Estorãos. Estão a ser efetuadas duas viagens diariamente, **num total de 13 km/dia, perfazendo 11,70 €/dia.**

### JUNTA DE FREGUESIA DE SÁ

- 05 alunos de Sá, que frequentam o 6.º ano na Escola Básica das Lagoas, cujo transporte está a ser efetuado no autocarro da freguesia de Sá. Nas segundas e sextas-feiras estes alunos têm tarde livres, pelo que a Junta de Sá tem que efetuar uma viagem extra. Assim, **nas segundas e sextas-feiras estão a ser efetuados 11 km/dia, perfazendo 11,00 €/dia**

Deixo à consideração superior,

A Assistente Técnica

*Antónia Sá*

Antónia Sá

# MINUTA

## CONTRATO INTERADMINISTRATIVO

### DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - TRANSPORTES ESCOLARES 2017/2018

#### 2.º / 3.º CICLOS/SECUNDÁRIO

Considerando que:

Entrou em vigor a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, que aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico;

Decorre do regime jurídico contido no mencionado diploma que a delegação de competências se concretiza através da celebração de contratos interadministrativos, sob pena de nulidade;

Os contratos interadministrativos podem ser celebrados no âmbito da delegação de competências dos municípios nas freguesias;

Tais contratos devem definir os termos que, em concreto, permitem o efetivo exercício das competências delegadas pelo município nas freguesias, considerando a contextualização da situação específica e do princípio da subsidiariedade, conforme anexo A;

A concretização da delegação de competências nas freguesias deve ocorrer nos termos do artigo 131.º da Lei 75º/2013, de 12 de setembro, em todos os domínios dos interesses próprios das populações destas, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;

A variação do número de alunos, bem como o fundamento legal para o apoio no âmbito dos transportes públicos, recomenda que o prazo contratual coincida com o ano letivo.

Assim, dando cumprimento ao regime contido no citado diploma, é celebrado entre,

O Município de Ponte de Lima, representado pelo Exmo. Senhor Eng.º Victor Manuel Alves Mendes, que outorga na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Lima designado por primeiro outorgante,

E

A Freguesia Fontão, representada pelo Exmo. Senhor Manuel Januário dos Santos Velho, que outorga na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia Fontão, designada por segunda outorgante,

o presente contrato Interadministrativo, e em nome dos órgãos autárquicos a que presidem, após autorização expressa das respetivas Assembleia Municipal e de Freguesia (deliberações de \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ e \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_, respetivamente) de delegação de competências da Câmara

Municipal de Ponte de Lima para a Junta de Freguesia de Fontão, que se regerá pelo disposto nas cláusulas seguintes:

#### **Cláusula 1.ª**

##### **Objeto**

O presente contrato tem por objeto a definição das condições de delegação e exercício, para a Junta de Freguesia, da competência a que se refere a alínea gg) do n.º 1 do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nomeadamente e no presente caso, para assegurar o transporte de:

- Transporte dos alunos do 2.º/3.º ciclos e secundário de Bertandos e Santa Comba a frequentar o Agrupamento de Escolas de Arcozelo - foi necessário efetuar mais uma viagem de ida e volta, diariamente. Esta viagem extra passou a ser efetuada pela junta de Fontão. Acresceram ainda os alunos do 2.º/3.º ciclo de Fontão, Sá e S. Pedro Arcos, bem como alguns alunos residentes em Fontão que frequentam o 6.º ano na Escola Básica das Lagoas. A Junta de Fontão está a efetuar este transporte, utilizando o autocarro, entre as referidas freguesias e os estabelecimentos de ensino que os alunos frequentam. Estão a ser efetuadas duas viagens diariamente.

#### **Cláusula 2.ª**

##### **Obrigações**

1 -Constituem obrigações da segunda outorgante, no âmbito da competência referida na cláusula anterior, as seguintes:

- a) Transportar os alunos mencionados na Cláusula anterior, durante o ano letivo 2017/2018, de acordo com o calendário escolar;
- b) Assegurar que o transporte dos alunos é efetuado em conformidade com a Lei n.º 13/2006, de 17 de Abril e respetivas alterações introduzidas pela Lei n.º 17/A/2006, de 26 de Maio e Decreto -Lei n.º 255/2007, de 13 de Julho, nos artigos que lhe são aplicáveis.

2 – Todas as matérias objeto de delegação, passarão a pertencer à segunda outorgante, cabendo a esta responder pela sua efetiva concretização.

#### **Cláusula 3.ª**

##### **Afetação dos Recursos**

1 -Os Recursos financeiros, que resultam da aplicação dos valores de referência estipulados no Anexo A, são os seguintes:

Aplicação dos valores de referência		
	N.º de Km percorridos por dia	Valor a atribuir por dia
Autocarro	80	80,00 €

2 -O pagamento será feito mensalmente após envio ao Município dos respetivos mapas de execução por parte da Junta de Freguesia e respetiva validação por parte dos Serviços de Educação.

#### **Cláusula 4.ª**

##### **Vigência**

O presente contrato produz efeitos durante o ano letivo 2017/2018, de acordo com o calendário escolar, se outras causas de cessação legalmente previstas, não ocorrerem previamente.

#### **Cláusula 5.ª**

##### **Incumprimento**

1 -Sem prejuízo da possibilidade de suspensão ou de resolução do contrato, nos termos previstos no artigo 123.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, o incumprimento das obrigações previstas neste contrato poderá determinar o ajustamento dos recursos referidos na cláusula 3.ª.

2 -A suspensão do contrato ou a cessação do mesmo, por qualquer das suas formas, nomeadamente a revogação não pode originar quebra ou descontinuidade da prestação do serviço público.

#### **Cláusula 6.ª**

##### **Modificação**

1 -Poderá haver lugar à modificação do contrato, quando se verifique a existência de erro nos pressupostos que estiveram na base da celebração do mesmo ou por alteração superveniente das circunstâncias.

2 -A modificação obedece ao mesmo formalismo legal previsto para a celebração deste contrato.



#### **Cláusula 7.ª**

##### **Acompanhamento**

1 -A Câmara Municipal acompanhará o cumprimento deste contrato e verificará da sua execução através dos seus serviços, por forma:

- a) Exercer um controlo direto na gestão do serviço;
- b) Acompanhar localmente o funcionamento do serviço;
- c) Fiscalizar o cumprimento das normas do presente contrato.

2 -Para o efeito, a Junta de Freguesia submete mensalmente os mapas de execução referidos no n.º 2 da Cláusula 3.ª.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Dúvidas interpretativas**

As dúvidas interpretativas ocorridas na execução deste contrato serão resolvidas pela Câmara Municipal.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Casos omissos**

Os casos omissos decorrentes da aplicação deste contrato serão decididos por aplicação do disposto na Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, ou outra legislação aplicável e, se ainda assim tal não for possível, por acordo entre os outorgantes.

ASSINADO em nome dos outorgantes, pelas pessoas que abaixo apõem a sua assinatura, cada uma delas com as competências necessárias ao ato.

Ponte de Lima, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Os Outorgantes,

Pela Câmara Municipal

Pela Junta de Freguesia

# Transportes Escolares – Fundamentação

## Anexo A

### 1. Reordenamento da Rede Escolar do Município de Ponte de Lima

A conclusão e entrada em funcionamento de todos os Escolas Básicas que estavam previstos na Carta Educativa -Reordenamento da Rede Educativa de Ponte de Lima levaram à necessidade de reorganização dos transportes escolares que foi sendo feita gradualmente ao longo dos últimos anos, pautando-se por critérios de eficiência, eficácia e garantia de qualidade do serviço prestado.

### 2. Necessidade do transporte

Decorrente das diretrizes do Ministério da Educação e após terem sido identificadas as Escolas encerradas e as respetivas Escolas de acolhimento mostrou-se necessário assegurar o transporte das crianças; Trata-se de Escolas localizadas em Freguesias com alguma dispersão geográfica e a inexistência de circuitos especiais ou carreiras públicas e/ou horários adequados entre a residência dos alunos e as Escolas, as respetivas Juntas de Freguesia disponibilizaram-se a colaborar na prestação do serviço de transporte.

Em virtude do reordenamento da rede escolar ter levado ao encerramento de estabelecimentos de ensino na freguesia de residência, foi também considerando, no presente âmbito, o transporte dessas mesmas crianças.

O fato de não existir o serviço público para as crianças que frequentam o 2.º e 3.º Ciclo e que residem nos lugares mais afastados e tendo presente que a solução alternativa, a utilização de táxis, seria bastante mais dispendiosa o Município através da Junta de Freguesia garante esse serviço, pelo menos até ao ponto de acesso ao transporte público.

Para além das necessidades detetadas que levaram à celebração do Contrato Interadministrativo de Transportes Escolares com a Junta de Freguesia para o ano letivo de 2017/2018, foi diagnosticada a seguinte necessidade ao nível do transporte de alunos do 2.º e 3.º ciclos e secundário:

- Transporte dos alunos do 2.º/3.º ciclos e secundário de Bertandos e Santa Comba a frequentar o Agrupamento de Escolas de Arcozelo - foi necessário efetuar mais uma viagem de ida e volta, diariamente. Esta viagem extra passou a ser efetuada pela junta de Fontão. Acresceram ainda os alunos do 2.º/3.º ciclo de Fontão, Sá e S. Pedro Arcos,

bem como alguns alunos residentes em Fontão que frequentam o 6.º ano na Escola Básica das Lagoas. A Junta de Fontão está a efetuar este transporte, utilizando o autocarro, entre as referidas freguesias e os estabelecimentos de ensino que os alunos frequentam. Estão a ser efetuadas duas viagens diariamente.

### 3. Recursos Financeiros

Os Valores de Referência que a seguir se indicam serão aplicados mediante as necessidades de transporte, ou seja os percursos a efetuar e os meios necessários e existentes em cada Junta de Freguesia, carrinhas ou autocarros, para servir o número de alunos aos quais deverá ser garantido o transporte. Os valores dos Km percorridos são aqueles já assumidos pelas Juntas de Freguesia no exercício anterior dessas mesmas competências, com as necessárias atualizações.

O valor relativo ao transporte de crianças **efetuado por carrinhas** da Junta de Freguesia tem como referência a Tabela praticada pela Direção Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais para carreiras interurbanas de passageiros para percursos inferiores a 50 Km.

O valor relativo ao transporte de crianças **efetuado por autocarros** tem como referência a Tabela praticada pela Direção Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais para carreiras interurbanas de passageiros para percursos inferiores a 50 Km majorados em 11% desse valor.

O fato de não existir o serviço público para as crianças que frequentam o 2.º e 3.º Ciclos e secundário e que residem nos lugares em causa e tendo presente que a solução alternativa, a utilização de táxis, seria bastante mais dispendiosa o Município através das Juntas de Freguesia garante esse serviço. O Valor a aplicar nestes casos seguirá o mesmo critério dos anteriores, ou seja, o tipo de veículo utilizado e o número de Km que a Junta de Freguesia tem que realizar para garantir esse serviço por dia.

Tipo de veículo	Valor por Km/dia
Carrinha	0,90 €
Autocarro	1,00 €

#### Conclusão:

Existe maior eficácia e eficiência na execução do serviço, pelas Juntas de Freguesia, atendendo à inexistência de recursos, por parte da Câmara Municipal, no sentido de garantir viaturas diárias para execução deste serviço;

Proximidade das Juntas de Freguesia, quer à residência dos alunos quer às escolas envolvidas.

# MINUTA

## CONTRATO INTERADMINISTRATIVO

### DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - TRANSPORTES ESCOLARES 2017/2018

#### 2.º , 3.º CICLOS

Considerando que:

Entrou em vigor a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, que aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico;

Decorre do regime jurídico contido no mencionado diploma que a delegação de competências se concretiza através da celebração de contratos interadministrativos, sob pena de nulidade;

Os contratos interadministrativos podem ser celebrados no âmbito da delegação de competências dos municípios nas freguesias;

Tais contratos devem definir os termos que, em concreto, permitem o efetivo exercício das competências delegadas pelo município nas freguesias, considerando a contextualização da situação específica e do princípio da subsidiariedade, conforme anexo A;

A concretização da delegação de competências nas freguesias deve ocorrer nos termos do artigo 131.º da Lei 75º/2013, de 12 de setembro, em todos os domínios dos interesses próprios das populações destas, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;

A variação do número de alunos, bem como o fundamento legal para o apoio no âmbito dos transportes públicos, recomenda que o prazo contratual coincida com o ano letivo.

Assim, dando cumprimento ao regime contido no citado diploma, é celebrado entre,

O Município de Ponte de Lima, representado pelo Exmo. Senhor Eng.º Victor Manuel Alves Mendes, que outorga na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Lima designado por primeiro outorgante,

E

A Freguesia Bertiandos, representada pelo Exma. Senhora Isabel Rodrigues Vilaverde, que outorga na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia Bertiandos, designada por segunda outorgante,

o presente contrato Interadministrativo , e em nome dos órgãos autárquicos a que presidem, após autorização expressa das respetivas Assembleia Municipal e de Freguesia (deliberações de \_\_/\_\_/\_\_e \_\_/\_\_/\_\_, respetivamente) de delegação de competências da Câmara



Municipal de Ponte de Lima para a Junta de Freguesia de Bertandos, que se regerá pelo disposto nas cláusulas seguintes:

#### **Cláusula 1.ª**

##### **Objeto**

O presente contrato tem por objeto a definição das condições de delegação e exercício, para a Junta de Freguesia, da competência a que se refere a alínea gg) do n.º 1 do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nomeadamente e no presente caso, para assegurar o transporte de:

- 03 alunos de Bertandos, que frequentam o 6.º ano na Escola Básica das Lagoas, cujo transporte está a ser efetuado no autocarro da freguesia de Bertandos. Nas segundas e sextas-feiras estes alunos têm tarde livre, pelo que a Junta de Bertandos tem que efetuar uma viagem extra.

#### **Cláusula 2.ª**

##### **Obrigações**

1 -Constituem obrigações da segunda outorgante, no âmbito da competência referida na cláusula anterior, as seguintes:

- a) Transportar os alunos mencionados na Cláusula anterior, durante o ano letivo 2017/2018, de acordo com o calendário escolar;
- b) Assegurar que o transporte dos alunos é efetuado em conformidade com a Lei n.º 13/2006, de 17 de Abril e respetivas alterações introduzidas pela Lei n.º 17/A/2006, de 26 de Maio e Decreto -Lei n.º 255/2007, de 13 de Julho, nos artigos que lhe são aplicáveis.

2 – Todas as matérias objeto de delegação, passarão a pertencer à segunda outorgante, cabendo a esta responder pela sua efetiva concretização.

#### **Cláusula 3.ª**

##### **Afetação dos Recursos**

1 -Os Recursos financeiros, que resultam da aplicação dos valores de referência estipulados no Anexo A, são os seguintes:

<b>Aplicação dos valores de referência</b>		
	<b>N.º de Km percorridos por dia</b>	<b>Valor a atribuir por dia</b>
<b>Autocarro</b>	13	13,00 €



2 -O pagamento será feito mensalmente após envio ao Município dos respetivos mapas de execução por parte da Junta de Freguesia e respetiva validação por parte dos Serviços de Educação.

#### **Cláusula 4.ª**

##### **Vigência**

O presente contrato produz efeitos durante o ano letivo 2017/2018, de acordo com o calendário escolar, se outras causas de cessação legalmente previstas, não ocorrerem previamente.

#### **Cláusula 5.ª**

##### **Incumprimento**

1 -Sem prejuízo da possibilidade de suspensão ou de resolução do contrato, nos termos previstos no artigo 123.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, o incumprimento das obrigações previstas neste contrato poderá determinar o ajustamento dos recursos referidos na cláusula 3.ª .

2 -A suspensão do contrato ou a cessação do mesmo, por qualquer das suas formas, nomeadamente a revogação não pode originar quebra ou descontinuidade da prestação do serviço público.

#### **Cláusula 6.ª**

##### **Modificação**

1 -Poderá haver lugar à modificação do contrato, quando se verifique a existência de erro nos pressupostos que estiveram na base da celebração do mesmo ou por alteração superveniente das circunstâncias.

2 -A modificação obedece ao mesmo formalismo legal previsto para a celebração deste contrato.

#### **Cláusula 7.ª**

##### **Acompanhamento**

1 -A Câmara Municipal acompanhará o cumprimento deste contrato e verificará da sua execução através dos seus serviços, por forma:

- a) Exercer um controlo direto na gestão do serviço;
- b) Acompanhar localmente o funcionamento do serviço;
- c) Fiscalizar o cumprimento das normas do presente contrato.

2 -Para o efeito, a Junta de Freguesia submete mensalmente os mapas de execução referidos no n.º 2 da Cláusula 3.ª.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Dúvidas interpretativas**

As dúvidas interpretativas ocorridas na execução deste contrato serão resolvidas pela Câmara Municipal.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Casos omissos**

Os casos omissos decorrentes da aplicação deste contrato serão decididos por aplicação do disposto na Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, ou outra legislação aplicável e, se ainda assim tal não for possível, por acordo entre os outorgantes.

ASSINADO em nome dos outorgantes, pelas pessoas que abaixo apõem a sua assinatura, cada uma delas com as competências necessárias ao ato.

Ponte de Lima, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Os Outorgantes,

Pela Câmara Municipal

Pela Junta de Freguesia

# Transportes Escolares – Fundamentação

## Anexo A

### 1. Reordenamento da Rede Escolar do Município de Ponte de Lima

A conclusão e entrada em funcionamento de todos os Centros Educativos que estavam previstos na Carta Educativa -Reordenamento da Rede Educativa de Ponte de Lima levaram à necessidade de reorganização dos transportes escolares que foi sendo feita gradualmente ao longo dos últimos anos, pautando-se por critérios de eficiência, eficácia e garantia de qualidade do serviço prestado.

### 2. Necessidade do transporte

Decorrente das diretrizes do Ministério da Educação e após terem sido identificadas as Escolas encerradas e as respetivas Escolas de acolhimento mostrou-se necessário assegurar o transporte das crianças; Trata-se de Escolas localizadas em Freguesias com alguma dispersão geográfica e a inexistência de circuitos especiais ou carreiras públicas e/ou horários adequados entre a residência dos alunos e as Escolas, as respetivas Juntas de Freguesia disponibilizaram-se a colaborar na prestação do serviço de transporte.

Em virtude do reordenamento da rede escolar ter levado ao encerramento de estabelecimentos de ensino na freguesia de residência, foi também considerando, no presente âmbito, o transporte dessas mesmas crianças.

O fato de não existir o serviço público para as crianças que frequentam o 2.º e 3.º Ciclo e que residem nos lugares mais afastados e tendo presente que a solução alternativa, a utilização de táxis, seria bastante mais dispendiosa o Município através da Junta de Freguesia garante esse serviço, pelo menos até ao ponto de acesso ao transporte público.

Para além das necessidades detetadas que levaram à celebração do Contrato Interadministrativo de Transportes Escolares com a Junta de Freguesia para o ano letivo de 2017/2018, foi diagnosticada a seguinte necessidade ao nível do transporte de alunos do 2.º e 3.º ciclos:

- 03 alunos de Bertandós, que frequentam o 6.º ano na Escola Básica das Lagoas, cujo transporte está a ser efetuado no autocarro da freguesia de Bertandós. Nas segundas e sextas-feiras estes alunos têm tarde livre, pelo que a Junta de Bertandós tem que efetuar uma viagem extra.

### 3. Recursos Financeiros

Os Valores de Referência que a seguir se indicam serão aplicados mediante as necessidades de transporte, ou seja os percursos a efetuar e os meios necessários e existentes em cada Junta de Freguesia, carrinhas ou autocarros, para servir o número de alunos aos quais deverá ser garantido o transporte. Os valores dos Km percorridos são aqueles já assumidos pelas Juntas de Freguesia no exercício anterior dessas mesmas competências, com as necessárias atualizações.

O valor relativo ao transporte de crianças **efetuado por carrinhas** da Junta de Freguesia tem como referência a Tabela praticada pela Direção Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais para carreiras interurbanas de passageiros para percursos inferiores a 50 Km.

O valor relativo ao transporte de crianças **efetuado por autocarros** tem como referência a Tabela praticada pela Direção Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais para carreiras interurbanas de passageiros para percursos inferiores a 50 Km majorados em 11% desse valor.

O fato de não existir o serviço público para as crianças que frequentam o **2.º e 3.º Ciclo** e que residem nos lugares em causa e tendo presente que a solução alternativa, a utilização de táxis, seria bastante mais dispendiosa o Município através das Juntas de Freguesia garante esse serviço. O Valor a aplicar nestes casos seguirá o mesmo critério dos anteriores, ou seja, o tipo de veículo utilizado e o número de Km que a Junta de Freguesia tem que realizar para garantir esse serviço por dia.

Tipo de veículo	Valor por Km/dia
Carrinha	<b>0,90 €</b>
Autocarro	<b>1,00 €</b>

Conclusão:

Existe maior eficácia e eficiência na execução do serviço, pelas Juntas de Freguesia, atendendo à inexistência de recursos, por parte da Câmara Municipal, no sentido de garantir viaturas diárias para execução deste serviço;

Proximidade das Juntas de Freguesia, quer à residência dos alunos quer às escolas envolvidas.

# MINUTA

## CONTRATO INTERADMINISTRATIVO

### DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - TRANSPORTES ESCOLARES 2017/2018

#### 2.º / 3.º CICLOS

Considerando que:

Entrou em vigor a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, que aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico;

Decorre do regime jurídico contido no mencionado diploma que a delegação de competências se concretiza através da celebração de contratos interadministrativos, sob pena de nulidade;

Os contratos interadministrativos podem ser celebrados no âmbito da delegação de competências dos municípios nas freguesias;

Tais contratos devem definir os termos que, em concreto, permitem o efetivo exercício das competências delegadas pelo município nas freguesias, considerando a contextualização da situação específica e do princípio da subsidiariedade, conforme anexo A;

A concretização da delegação de competências nas freguesias deve ocorrer nos termos do artigo 131.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, em todos os domínios dos interesses próprios das populações destas, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;

A variação do número de alunos, bem como o fundamento legal para o apoio no âmbito dos transportes públicos, recomenda que o prazo contratual coincida com o ano letivo.

Assim, dando cumprimento ao regime contido no citado diploma, é celebrado entre,

O Município de Ponte de Lima, representado pelo Exmo. Senhor Eng.º Victor Manuel Alves Mendes, que outorga na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Lima designado por primeiro outorgante,

E

A Freguesia Cabração e Moreira do Lima representada pelo Exmo. Senhor Carlos Alberto Coelho de Matos Pinheiro, que outorga na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia Cabração e Moreira do Lima, designada por segunda outorgante,

o presente contrato Interadministrativo, e em nome dos órgãos autárquicos a que presidem, após autorização expressa das respetivas Assembleia Municipal e de Freguesia (deliberações de \_\_/\_\_/\_\_ e \_\_/\_\_/\_\_, respetivamente) de delegação de competências da Câmara



Municipal de Ponte de Lima para a Junta de Freguesia Cabração e Moreira do Lima, que se regerá pelo disposto nas cláusulas seguintes:

#### **Cláusula 1.ª**

##### **Objeto**

O presente contrato tem por objeto a definição das condições de delegação e exercício, para a Junta de Freguesia, da competência a que se refere a alínea gg) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nomeadamente e no presente caso, para assegurar o transporte de:

- 05 alunos de Cabração e Moreira do Lima, que frequentam 6.º ano na Escola Básica das Lagoas, cujo transporte está a ser efetuado pela Junta de Cabração e Moreira do Lima. Estão a ser efetuadas duas viagens diariamente.

#### **Cláusula 2.ª**

##### **Obrigações**

1 -Constituem obrigações da segunda outorgante, no âmbito da competência referida na cláusula anterior, as seguintes:

- a) Transportar os alunos mencionados na Cláusula anterior, durante o ano letivo 2017/2018, de acordo com o calendário escolar;
- b) Assegurar que o transporte dos alunos é efetuado em conformidade com a Lei n.º 13/2006, de 17 de Abril e respetivas alterações introduzidas pela Lei n.º 17/A/2006, de 26 de Maio e Decreto -Lei n.º 255/2007, de 13 de Julho, nos artigos que lhe são aplicáveis.

2 – Todas as matérias objeto de delegação, passarão a pertencer à segunda outorgante, cabendo a esta responder pela sua efetiva concretização.

#### **Cláusula 3.ª**

##### **Afetação dos Recursos**

1 -Os Recursos financeiros, que resultam da aplicação dos valores de referência estipulados no Anexo A, são os seguintes:

Aplicação dos valores de referência		
	N.º de Km percorridos por dia	Valor a atribuir por dia
Carrinha	17	15,30 €

2 -O pagamento será feito mensalmente após envio ao Município dos respetivos mapas de execução por parte da Junta de Freguesia e respetiva validação por parte dos Serviços de Educação.

#### **Cláusula 4.ª**

##### **Vigência**

O presente contrato produz efeitos durante o ano letivo 2017/2018, de acordo com o calendário escolar, se outras causas de cessação legalmente previstas, não ocorrerem previamente.

#### **Cláusula 5.ª**

##### **Incumprimento**

1 -Sem prejuízo da possibilidade de suspensão ou de resolução do contrato, nos termos previstos no artigo 123.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, o incumprimento das obrigações previstas neste contrato poderá determinar o ajustamento dos recursos referidos na cláusula 3.ª .

2 -A suspensão do contrato ou a cessação do mesmo, por qualquer das suas formas, nomeadamente a revogação não pode originar quebra ou descontinuidade da prestação do serviço público.

#### **Cláusula 6.ª**

##### **Modificação**

1 -Poderá haver lugar à modificação do contrato, quando se verifique a existência de erro nos pressupostos que estiveram na base da celebração do mesmo ou por alteração superveniente das circunstâncias.

2 -A modificação obedece ao mesmo formalismo legal previsto para a celebração deste contrato.

#### **Cláusula 7.ª**

##### **Acompanhamento**

1 -A Câmara Municipal acompanhará o cumprimento deste contrato e verificará da sua execução através dos seus serviços, por forma:

- a) Exercer um controlo direto na gestão do serviço;
- b) Acompanhar localmente o funcionamento do serviço;
- c) Fiscalizar o cumprimento das normas do presente contrato.

2 -Para o efeito, a Junta de Freguesia submete mensalmente os mapas de execução referidos no n.º 2 da Cláusula 3.ª.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Dúvidas interpretativas**

As dúvidas interpretativas ocorridas na execução deste contrato serão resolvidas pela Câmara Municipal.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Casos omissos**

Os casos omissos decorrentes da aplicação deste contrato serão decididos por aplicação do disposto na Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, ou outra legislação aplicável e, se ainda assim tal não for possível, por acordo entre os outorgantes.

ASSINADO em nome dos outorgantes, pelas pessoas que abaixo apõem a sua assinatura, cada uma delas com as competências necessárias ao ato.

Ponte de Lima , \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Os Outorgantes,

Pela Câmara Municipal

Pela Junta de Freguesia

# Transportes Escolares – Fundamentação

## Anexo A

### 1. Reordenamento da Rede Escolar do Município de Ponte de Lima

A conclusão e entrada em funcionamento de todos os Centros Educativos que estavam previstos na Carta Educativa -Reordenamento da Rede Educativa de Ponte de Lima levaram à necessidade de reorganização dos transportes escolares que foi sendo feita gradualmente ao longo dos últimos anos, pautando-se por critérios de eficiência, eficácia e garantia de qualidade do serviço prestado.

### 2. Necessidade do transporte

Decorrente das diretrizes do Ministério da Educação e após terem sido identificadas as Escolas encerradas e as respetivas Escolas de acolhimento mostrou-se necessário assegurar o transporte das crianças; Trata-se de Escolas localizadas em Freguesias com alguma dispersão geográfica e a inexistência de circuitos especiais ou carreiras públicas e/ou horários adequados entre a residência dos alunos e as Escolas, as respetivas Juntas de Freguesia disponibilizaram-se a colaborar na prestação do serviço de transporte.

Em virtude do reordenamento da rede escolar ter levado ao encerramento de estabelecimentos de ensino na freguesia de residência, foi também considerando, no presente âmbito, o transporte dessas mesmas crianças.

O fato de não existir o serviço público para as crianças que frequentam o 2.º e 3.º Ciclo e que residem nos lugares mais afastados e tendo presente que a solução alternativa, a utilização de táxis, seria bastante mais dispendiosa o Município através da Junta de Freguesia garante esse serviço, pelo menos até ao ponto de acesso ao transporte público.

Para além das necessidades detetadas que levaram à celebração do Contrato Interadministrativo de Transportes Escolares com a Junta de Freguesia para o ano letivo de 2017/2018, foi diagnosticada a seguinte necessidade ao nível do transporte de alunos do 2.º e 3.º ciclos:

- 05 alunos de Cabração e Moreira do Lima, que frequentam 6.º ano na Escola Básica das Lagoas, cujo transporte está a ser efetuado pela Junta de Cabração e Moreira do Lima. Estão a ser efetuadas duas viagens diariamente.

### 3. Recursos Financeiros

Os Valores de Referência que a seguir se indicam serão aplicados mediante as necessidades de transporte, ou seja os percursos a efetuar e os meios necessários e existentes em cada Junta de Freguesia, carrinhas ou autocarros, para servir o número de alunos aos quais deverá ser garantido o transporte. Os valores dos Km percorridos são aqueles já assumidos pelas Juntas de Freguesia no exercício anterior dessas mesmas competências, com as necessárias atualizações.

O valor relativo ao transporte de crianças **efetuado por carrinhas** da Junta de Freguesia tem como referência a Tabela praticada pela Direção Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais para carreiras interurbanas de passageiros para percursos inferiores a 50 Km.

O valor relativo ao transporte de crianças **efetuado por autocarros** tem como referência a Tabela praticada pela Direção Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais para carreiras interurbanas de passageiros para percursos inferiores a 50 Km majorados em 11% desse valor.

O fato de não existir o serviço público para as crianças que frequentam o **2.º e 3.º Ciclo** e que residem nos lugares em causa e tendo presente que a solução alternativa, a utilização de táxis, seria bastante mais dispendiosa o Município através das Juntas de Freguesia garante esse serviço. O Valor a aplicar nestes casos seguirá o mesmo critério dos anteriores, ou seja, o tipo de veículo utilizado e o número de Km que a Junta de Freguesia tem que realizar para garantir esse serviço por dia.

Tipo de veículo	Valor por Km/dia
Carrinha	<b>0,90 €</b>
Autocarro	<b>1,00 €</b>

#### Conclusão:

Existe maior eficácia e eficiência na execução do serviço, pelas Juntas de Freguesia, atendendo à inexistência de recursos, por parte da Câmara Municipal, no sentido de garantir viaturas diárias para execução deste serviço;

Proximidade das Juntas de Freguesia, quer à residência dos alunos quer às escolas envolvidas.



# MINUTA

## CONTRATO INTERADMINISTRATIVO

### DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - TRANSPORTES ESCOLARES 2017/2018

#### 2.º / 3.º CICLOS

Considerando que:

Entrou em vigor a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, que aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico;

Decorre do regime jurídico contido no mencionado diploma que a delegação de competências se concretiza através da celebração de contratos interadministrativos, sob pena de nulidade;

Os contratos interadministrativos podem ser celebrados no âmbito da delegação de competências dos municípios nas freguesias;

Tais contratos devem definir os termos que, em concreto, permitem o efetivo exercício das competências delegadas pelo município nas freguesias, considerando a contextualização da situação específica e do princípio da subsidiariedade, conforme anexo A;

A concretização da delegação de competências nas freguesias deve ocorrer nos termos do artigo 131.º da Lei 75º/2013, de 12 de setembro, em todos os domínios dos interesses próprios das populações destas, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;

A variação do número de alunos, bem como o fundamento legal para o apoio no âmbito dos transportes públicos, recomenda que o prazo contratual coincida com o ano letivo.

Assim, dando cumprimento ao regime contido no citado diploma, é celebrado entre,

O Município de Ponte de Lima, representado pelo Exmo. Senhor Eng.º Victor Manuel Alves Mendes, que outorga na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Lima designado por primeiro outorgante,

E

A Freguesia de Estorãos pelo Exmo. Senhor Carlos Alberto Cerqueira Gonçalves, que outorga na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia Estorãos, designada por segunda outorgante,

o presente contrato Interadministrativo, e em nome dos órgãos autárquicos a que presidem, após autorização expressa das respetivas Assembleia Municipal e de Freguesia (deliberações de \_\_/\_\_/\_\_ e \_\_/\_\_/\_\_, respetivamente) de delegação de competências da Câmara

Municipal de Ponte de Lima para a Junta de Freguesia de Estorãos, que se regerá pelo disposto nas cláusulas seguintes:

#### **Cláusula 1.ª**

##### **Objeto**

O presente contrato tem por objeto a definição das condições de delegação e exercício, para a Junta de Freguesia, da competência a que se refere a alínea gg) do n.º 1 do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nomeadamente e no presente caso, para assegurar o transporte de:

- 03 alunos de Estorãos, que frequentam o 6.º ano na Escola Básica das Lagoas, cujo transporte está a ser efetuado pela Junta de Estorãos. Estão a ser efetuadas duas viagens diariamente.

#### **Cláusula 2.ª**

##### **Obrigações**

1 -Constituem obrigações da segunda outorgante, no âmbito da competência referida na cláusula anterior, as seguintes:

- a) Transportar os alunos mencionados na Cláusula anterior, durante o ano letivo 2017/2018, de acordo com o calendário escolar;
- b) Assegurar que o transporte dos alunos é efetuado em conformidade com a Lei n.º 13/2006, de 17 de Abril e respetivas alterações introduzidas pela Lei n.º 17/A/2006, de 26 de Maio e Decreto -Lei n.º 255/2007, de 13 de Julho, nos artigos que lhe são aplicáveis.

2 – Todas as matérias objeto de delegação, passarão a pertencer à segunda outorgante, cabendo a esta responder pela sua efetiva concretização.

#### **Cláusula 3.ª**

##### **Afetação dos Recursos**

1 -Os Recursos financeiros, que resultam da aplicação dos valores de referência estipulados no Anexo A, são os seguintes:

Aplicação dos valores de referência		
	N.º de Km percorridos por dia	Valor a atribuir por dia
Carrinha	13	11,70 €

2 -O pagamento será feito mensalmente após envio ao Município dos respetivos mapas de execução por parte da Junta de Freguesia e respetiva validação por parte dos Serviços de Educação.

#### **Cláusula 4.ª**

##### **Vigência**

O presente contrato produz efeitos durante o ano letivo 2017/2018, de acordo com o calendário escolar, se outras causas de cessação legalmente previstas, não ocorrerem previamente.

#### **Cláusula 5.ª**

##### **Incumprimento**

1 -Sem prejuízo da possibilidade de suspensão ou de resolução do contrato, nos termos previstos no artigo 123.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, o incumprimento das obrigações previstas neste contrato poderá determinar o ajustamento dos recursos referidos na cláusula 3.ª .

2 -A suspensão do contrato ou a cessação do mesmo, por qualquer das suas formas, nomeadamente a revogação não pode originar quebra ou descontinuidade da prestação do serviço público.

#### **Cláusula 6.ª**

##### **Modificação**

1 -Poderá haver lugar à modificação do contrato, quando se verifique a existência de erro nos pressupostos que estiveram na base da celebração do mesmo ou por alteração superveniente das circunstâncias.

2 -A modificação obedece ao mesmo formalismo legal previsto para a celebração deste contrato.

#### **Cláusula 7.ª**

##### **Acompanhamento**

1 -A Câmara Municipal acompanhará o cumprimento deste contrato e verificará da sua execução através dos seus serviços, por forma:

- a) Exercer um controlo direto na gestão do serviço;
- b) Acompanhar localmente o funcionamento do serviço;
- c) Fiscalizar o cumprimento das normas do presente contrato.

2 -Para o efeito, a Junta de Freguesia submete mensalmente os mapas de execução referidos no n.º 2 da Cláusula 3.ª.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Dúvidas interpretativas**

As dúvidas interpretativas ocorridas na execução deste contrato serão resolvidas pela Câmara Municipal.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Casos omissos**

Os casos omissos decorrentes da aplicação deste contrato serão decididos por aplicação do disposto na Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, ou outra legislação aplicável e, se ainda assim tal não for possível, por acordo entre os outorgantes.

ASSINADO em nome dos outorgantes, pelas pessoas que abaixo apõem a sua assinatura, cada uma delas com as competências necessárias ao ato.

Ponte de Lima , \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Os Outorgantes,

Pela Câmara Municipal

Pela Junta de Freguesia

# **Transportes Escolares – Fundamentação**

## **Anexo A**

### **1. Reordenamento da Rede Escolar do Município de Ponte de Lima**

A conclusão e entrada em funcionamento de todos os Centros Educativos que estavam previstos na Carta Educativa -Reordenamento da Rede Educativa de Ponte de Lima levaram à necessidade de reorganização dos transportes escolares que foi sendo feita gradualmente ao longo dos últimos anos, pautando-se por critérios de eficiência, eficácia e garantia de qualidade do serviço prestado.

### **2. Necessidade do transporte**

Decorrente das diretrizes do Ministério da Educação e após terem sido identificadas as Escolas encerradas e as respetivas Escolas de acolhimento mostrou-se necessário assegurar o transporte das crianças; Trata-se de Escolas localizadas em Freguesias com alguma dispersão geográfica e a inexistência de circuitos especiais ou carreiras públicas e/ou horários adequados entre a residência dos alunos e as Escolas, as respetivas Juntas de Freguesia disponibilizaram-se a colaborar na prestação do serviço de transporte.

Em virtude do reordenamento da rede escolar ter levado ao encerramento de estabelecimentos de ensino na freguesia de residência, foi também considerando, no presente âmbito, o transporte dessas mesmas crianças.

O fato de não existir o serviço público para as crianças que frequentam o 2.º e 3.º Ciclo e que residem nos lugares mais afastados e tendo presente que a solução alternativa, a utilização de táxis, seria bastante mais dispendiosa o Município através da Junta de Freguesia garante esse serviço, pelo menos até ao ponto de acesso ao transporte público.

Para além das necessidades detetadas que levaram à celebração do Contrato Interadministrativo de Transportes Escolares com a Junta de Freguesia para o ano letivo de 2017/2018, foi diagnosticada a seguinte necessidade ao nível do transporte de alunos do 2.º e 3.º ciclos:

- 03 alunos de Estorãos, que frequentam o 6.º ano na Escola Básica das Lagoas, cujo transporte está a ser efetuado pela Junta de Estorãos. Estão a ser efetuadas duas viagens diariamente.



### 3. Recursos Financeiros

Os Valores de Referência que a seguir se indicam serão aplicados mediante as necessidades de transporte, ou seja os percursos a efetuar e os meios necessários e existentes em cada Junta de Freguesia, carrinhas ou autocarros, para servir o número de alunos aos quais deverá ser garantido o transporte. Os valores dos Km percorridos são aqueles já assumidos pelas Juntas de Freguesia no exercício anterior dessas mesmas competências, com as necessárias atualizações.

O valor relativo ao transporte de crianças **efetuado por carrinhas** da Junta de Freguesia tem como referência a Tabela praticada pela Direção Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais para carreiras interurbanas de passageiros para percursos inferiores a 50 Km.

O valor relativo ao transporte de crianças **efetuado por autocarros** tem como referência a Tabela praticada pela Direção Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais para carreiras interurbanas de passageiros para percursos inferiores a 50 Km majorados em 11% desse valor.

O fato de não existir o serviço público para as crianças que frequentam o **2.º e 3.º Ciclo** e que residem nos lugares em causa e tendo presente que a solução alternativa, a utilização de táxis, seria bastante mais dispendiosa o Município através das Juntas de Freguesia garante esse serviço. O Valor a aplicar nestes casos seguirá o mesmo critério dos anteriores, ou seja, o tipo de veículo utilizado e o número de Km que a Junta de Freguesia tem que realizar para garantir esse serviço por dia.

Tipo de veículo	Valor por Km/dia
Carrinha	<b>0,90 €</b>
Autocarro	<b>1,00 €</b>

Conclusão:

Existe maior eficácia e eficiência na execução do serviço, pelas Juntas de Freguesia, atendendo à inexistência de recursos, por parte da Câmara Municipal, no sentido de garantir viaturas diárias para execução deste serviço;

Proximidade das Juntas de Freguesia, quer à residência dos alunos quer às escolas envolvidas.

# MINUTA

## CONTRATO INTERADMINISTRATIVO

### DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - TRANSPORTES ESCOLARES 2017/2018

#### 2.º / 3.º CICLOS

Considerando que:

Entrou em vigor a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, que aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico;

Decorre do regime jurídico contido no mencionado diploma que a delegação de competências se concretiza através da celebração de contratos interadministrativos, sob pena de nulidade;

Os contratos interadministrativos podem ser celebrados no âmbito da delegação de competências dos municípios nas freguesias;

Tais contratos devem definir os termos que, em concreto, permitem o efetivo exercício das competências delegadas pelo município nas freguesias, considerando a contextualização da situação específica e do princípio da subsidiariedade, conforme anexo A;

A concretização da delegação de competências nas freguesias deve ocorrer nos termos do artigo 131.º da Lei 75º/2013, de 12 de setembro, em todos os domínios dos interesses próprios das populações destas, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;

A variação do número de alunos, bem como o fundamento legal para o apoio no âmbito dos transportes públicos, recomenda que o prazo contratual coincida com o ano letivo.

Assim, dando cumprimento ao regime contido no citado diploma, é celebrado entre,

O Município de Ponte de Lima, representado pelo Exmo. Senhor Eng.º Victor Manuel Alves Mendes, que outorga na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Lima designado por primeiro outorgante,

E

A Freguesia Sá, representada pelo Exmo. Senhor Eng.º Sílvio Manuel da Rocha Martins que outorga na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia Sá, designada por segunda outorgante,

o presente contrato Interadministrativo, e em nome dos órgãos autárquicos a que presidem, após autorização expressa das respetivas Assembleia Municipal e de Freguesia (deliberações de \_\_/\_\_/\_\_ e \_\_/\_\_/\_\_, respetivamente) de delegação de competências da Câmara

Municipal de Ponte de Lima para a Junta de Freguesia de Sá, que se regerá pelo disposto nas cláusulas seguintes:

#### **Cláusula 1.ª**

##### **Objeto**

O presente contrato tem por objeto a definição das condições de delegação e exercício, para a Junta de Freguesia, da competência a que se refere a alínea gg) do n.º 1 do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nomeadamente e no presente caso, para assegurar o transporte de:

- 05 alunos de Sá, que frequentam o 6.º ano na Escola Básica das Lagoas, cujo transporte está a ser efetuado no autocarro da freguesia de Sá. Nas segundas e sextas-feiras estes alunos tem tarde livre, pelo que a Junta de Sá tem que efetuar uma viagem extra.

#### **Cláusula 2.ª**

##### **Obrigações**

1 -Constituem obrigações da segunda outorgante, no âmbito da competência referida na cláusula anterior, as seguintes:

- a) Transportar os alunos mencionados na Cláusula anterior, durante o ano letivo 2017/2018, de acordo com o calendário escolar;
- b) Assegurar que o transporte dos alunos é efetuado em conformidade com a Lei n.º 13/2006, de 17 de Abril e respetivas alterações introduzidas pela Lei n.º 17/A/2006, de 26 de Maio e Decreto -Lei n.º 255/2007, de 13 de Julho, nos artigos que lhe são aplicáveis.

2 – Todas as matérias objeto de delegação, passarão a pertencer à segunda outorgante, cabendo a esta responder pela sua efetiva concretização.

#### **Cláusula 3.ª**

##### **Afetação dos Recursos**

1 -Os Recursos financeiros, que resultam da aplicação dos valores de referência estipulados no Anexo A, são os seguintes:

Aplicação dos valores de referência		
	N.º de Km percorridos por dia	Valor a atribuir por dia
Autocarro	11	11,00 €

2 -O pagamento será feito mensalmente após envio ao Município dos respetivos mapas de execução por parte da Junta de Freguesia e respetiva validação por parte dos Serviços de Educação.

#### **Cláusula 4.ª**

##### **Vigência**

O presente contrato produz efeitos durante o ano letivo 2017/2018, de acordo com o calendário escolar, se outras causas de cessação legalmente previstas, não ocorrerem previamente.

#### **Cláusula 5.ª**

##### **Incumprimento**

1 -Sem prejuízo da possibilidade de suspensão ou de resolução do contrato, nos termos previstos no artigo 123.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, o incumprimento das obrigações previstas neste contrato poderá determinar o ajustamento dos recursos referidos na cláusula 3.ª.

2 -A suspensão do contrato ou a cessação do mesmo, por qualquer das suas formas, nomeadamente a revogação não pode originar quebra ou descontinuidade da prestação do serviço público.

#### **Cláusula 6.ª**

##### **Modificação**

1 -Poderá haver lugar à modificação do contrato, quando se verifique a existência de erro nos pressupostos que estiveram na base da celebração do mesmo ou por alteração superveniente das circunstâncias.

2 -A modificação obedece ao mesmo formalismo legal previsto para a celebração deste contrato.

#### **Cláusula 7.ª**

##### **Acompanhamento**

1 -A Câmara Municipal acompanhará o cumprimento deste contrato e verificará da sua execução através dos seus serviços, por forma:

- a) Exercer um controlo direto na gestão do serviço;
- b) Acompanhar localmente o funcionamento do serviço;
- c) Fiscalizar o cumprimento das normas do presente contrato.

2 -Para o efeito, a Junta de Freguesia submete mensalmente os mapas de execução referidos no n.º 2 da Cláusula 3.ª.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Dúvidas interpretativas**

As dúvidas interpretativas ocorridas na execução deste contrato serão resolvidas pela Câmara Municipal.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Casos omissos**

Os casos omissos decorrentes da aplicação deste contrato serão decididos por aplicação do disposto na Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, ou outra legislação aplicável e, se ainda assim tal não for possível, por acordo entre os outorgantes.

ASSINADO em nome dos outorgantes, pelas pessoas que abaixo apõem a sua assinatura, cada uma delas com as competências necessárias ao ato.

Ponte de Lima , \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Os Outorgantes,

Pela Câmara Municipal

Pela Junta de Freguesia



# Transportes Escolares – Fundamentação

## Anexo A

### 1. Reordenamento da Rede Escolar do Município de Ponte de Lima

A conclusão e entrada em funcionamento de todos os Centros Educativos que estavam previstos na Carta Educativa -Reordenamento da Rede Educativa de Ponte de Lima levaram à necessidade de reorganização dos transportes escolares que foi sendo feita gradualmente ao longo dos últimos anos, pautando-se por critérios de eficiência, eficácia e garantia de qualidade do serviço prestado.

### 2. Necessidade do transporte

Decorrente das diretrizes do Ministério da Educação e após terem sido identificadas as Escolas encerradas e as respetivas Escolas de acolhimento mostrou-se necessário assegurar o transporte das crianças; Trata-se de Escolas localizadas em Freguesias com alguma dispersão geográfica e a inexistência de circuitos especiais ou carreiras públicas e/ou horários adequados entre a residência dos alunos e as Escolas, as respetivas Juntas de Freguesia disponibilizaram-se a colaborar na prestação do serviço de transporte.

Em virtude do reordenamento da rede escolar ter levado ao encerramento de estabelecimentos de ensino na freguesia de residência, foi também considerando, no presente âmbito, o transporte dessas mesmas crianças.

O fato de não existir o serviço público para as crianças que frequentam o 2.º e 3.º Ciclo e que residem nos lugares mais afastados e tendo presente que a solução alternativa, a utilização de táxis, seria bastante mais dispendiosa o Município através da Junta de Freguesia garante esse serviço, pelo menos até ao ponto de acesso ao transporte público.

Para além das necessidades detetadas que levaram à celebração do Contrato Interadministrativo de Transportes Escolares com a Junta de Freguesia para o ano letivo de 2017/2018, foi diagnosticada a seguinte necessidade ao nível do transporte de alunos do 2.º e 3.º ciclos:

- 05 alunos de Sá, que frequentam o 6.º ano na Escola Básica das Lagoas, cujo transporte está a ser efetuado no autocarro da freguesia de Sá. Nas segundas e sextas-feiras estes alunos teem tarde livre, pelo que a Junta de Sá tem que efetuar uma viagem extra.

### 3. Recursos Financeiros

Os Valores de Referência que a seguir se indicam serão aplicados mediante as necessidades de transporte, ou seja os percursos a efetuar e os meio necessários e existentes em cada Junta de Freguesia, carrinhas ou autocarros, para servir o número de alunos aos quais deverá ser garantido o transporte. Os valores dos Km percorridos são aqueles já assumidos pelas Juntas de Freguesia no exercício anterior dessas mesmas competências, com as necessárias atualizações.

O valor relativo ao transporte de crianças **efetuado por carrinhas** da Junta de Freguesia tem como referência a Tabela praticada pela Direção Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais para carreiras interurbanas de passageiros para percursos inferiores a 50 Km.

O valor relativo ao transporte de crianças **efetuado por autocarros** tem como referência a Tabela praticada pela Direção Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais para carreiras interurbanas de passageiros para percursos inferiores a 50 Km majorados em 11% desse valor.

O fato de não existir o serviço público para as crianças que frequentam o **2.º e 3.º Ciclo** e que residem nos lugares em causa e tendo presente que a solução alternativa, a utilização de táxis, seria bastante mais dispendiosa o Município através das Juntas de Freguesia garante esse serviço. O Valor a aplicar nestes casos seguirá o mesmo critério dos anteriores, ou seja, o tipo de veículo utilizado e o número de Km que a Junta de Freguesia tem que realizar para garantir esse serviço por dia.

Tipo de veículo	Valor por Km/dia
Carrinha	<b>0,90 €</b>
Autocarro	<b>1,00 €</b>

#### Conclusão:

Existe maior eficácia e eficiência na execução do serviço, pelas Juntas de Freguesia, atendendo à inexistência de recursos, por parte da Câmara Municipal, no sentido de garantir viaturas diárias para execução deste serviço;

Proximidade das Juntas de Freguesia, quer à residência dos alunos quer às escolas envolvidas.

- D E C L A R A Ç Ã O -

Declaro que TRANSPORTES ESCOLARES - CONTRATO  
INTERADMINISTRATIVO 2º E 3º CICLO E SECUNDÁRIO - ANO 2017/2018, tem  
cabimento no orçamento do ano corrente na seguinte rubrica :

Orgânica	- 0103	ORGÃOS DA AUTARQUIA
Capítulo	- 04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
Grupo	- 05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL
Artigo	- 01	CONTINENTE
Número	- 02	FREGUESIAS
Alínea	- 09	OUTRAS

com a dotação global de 576.000,00 e o saldo existente nesta data é de  
23.282,76 .

Mais declaro que ficou cativa na respectiva conta corrente a  
verba no valor de 7.662,00 (SETE MIL SEISCENTOS E SESSENTA E DOIS EUROS).

Ponte de Lima, 17 de NOVEMBRO de 2017

A Coordenadora Técnica,



MUNICÍPIO DE PONTE DE LIMA  
CONTRIBUINTE N.º506811913  
PRAÇA DA REPÚBLICA  
4990-062-PONTE DE LIMA

IMPRESSO	PAGINA
2017/11/17	1

PROPOSTA DE CABIMENTO

SERV. REQUIS.	LOGIN	DATA	NUMERO	ANO
05	jmartins	2017/11/17	10205	2017

DESCRIÇÃO DA DESPESA

TRANSPORTES ESCOLARES - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO 2º E 3º CICLO E SECUNDÁRIO - ANO 2017/2018

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA

TIPO DESP: FREO-TRANSF.CORRENTES-FREGUESIAS-OUTRAS	DOTAÇÃO DISPONÍVEL
ORGÂNICA : 0103 ORGÃOS DA AUTARQUIA	23.282,76
ECONÓMICA: 0405010209 OUTRAS	A CABIMENTAR
PLANO : 2015 A 1	7.662,00
Delegação de Competencias/Acordo Execução-Juntas de Freguesia	SALDO APÓS CABIMENTO
Transportes Escolares	15.620,76


EXTENSO

SETE MIL SEISCENTOS E SESSENTA E DOIS EUROS

CABIMENTOS PARA ANOS SEGUINTE

CLASSIFICAÇÃO				PLANO	IMPORTÂNCIAS			
LIN	T. DESPESA	ORGÂNICA	ECONÓMICA	ANO T N.º	N + 1	N + 2	N + 3	ANOS SEGUINTE
1	FREO	0103	0405010209	2015 A 1	12.564,00			

PROPOSTA CABIMENTADA EM 2017/11/17



AUTORIZAÇÃO

\_\_ / \_\_ / \_\_

PROCESSADO POR COMPUTADOR